

# Processo de Avaliação Institucional: Agente de Política Universitária

Ivo José Both\*

## RESUMO

O artigo procura apresentar a avaliação institucional como instrumento-processo de identificação e de promoção da qualidade da Instituição de Ensino.

Por outro lado, não constitui a avaliação institucional questão nem de punição, nem de premiação, mas também não representa neutralidade face aos recursos humanos.

Significa a avaliação, antes de tudo, instrumento-processo auxiliar privilegiado de valorização e de significação dos recursos humanos. O processo de avaliação institucional não opera milagres de qualidade por si só, mas pretende significar chamada de atenção de que o desenvolvimento institucional depende da responsabilidade solidária das comunidades interna e externa da Instituição.

## 1. Introdução

A avaliação institucional é um processo que se firma como agente irreversível de identificação e de promoção de qualidade mundial nas Universidades.

*Ivo José Both*  
*Doutor em Política*  
*Educacional pela*  
*Universidade do Minho -*  
*Portugal; Coordenador do*  
*Curso de Mestrado em*  
*Educação; Presidente do*  
*Processo de Avaliação*  
*Institucional.*

Países há em que a avaliação institucional se encontra plenamente implantada, constituindo-se em instrumento *sine qua non* para o apontamento de políticas e de diretrizes para a instituição. Em outros países vem ela sendo implantada, estando a passar da idéia para sua aceitação como processo, assim como em outros encontra-se ela em estágio embrionário de concepção, mas já como idéia necessária. No entanto, independente de seu estágio evolutivo, está a avaliação institucional -como processo- vindo para se estabelecer definitivamente.

Com algumas variações internas, pode-se dividir o mundo, segundo a ordem do grau de afirmação do processo de avaliação institucional das Universidades, em três blocos: o bloco europeu, o bloco americano e o bloco oriental.

Em seu conjunto, bem como na individualidade dos blocos, não existe uma política ho-

(\*) Filiação Institucional: Universidade de Ponta Grossa - Coord. do Curso de Mestrado em Educação; Presidente do Processo de Avaliação Institucional.

mogênea quanto à concepção filosófica e ao grau de autonomia na implementação da avaliação institucional e ao nível de relação entre órgão financiador e a instituição de Ensino Superior-IES, quando se trata dos resultados avaliativos obtidos. Países há em que a avaliação é encarada sob a corrente filosófica inglesa, onde seu financiador - quando no caso do governo da nação - igualmente regula o direcionamento de sua implementação. Aí a autonomia universitária fica à mercê das autoridades governamentais, com investimento diretamente dependente do nível dos resultados de avaliação demonstrados.

Um segundo conjunto de países opta pela corrente filosófica francesa, onde o órgão financiador participa diretamente tanto da implementação quanto da análise dos resultados do processo avaliativo, sem condicionar nível de apoio à instituição ao nível dos resultados obtidos em sua avaliação.

Um terceiro conjunto de países alinha-se à corrente filosófica holandesa - possivelmente a mais democrática - de implantação e de implementação do processo de avaliação institucional. No caso, os órgãos financiadores pouca exigência estabelecem entre o nível de apoio institucional e o nível dos resultados avaliativos obtidos. Nesse conjunto de países enquadram-se principalmente os blocos europeu e o americano.

Tanto a corrente filosófica francesa de avaliação quanto a holandesa incentivam o acesso de consultores externos ao processo avaliativo e aos resultados obtidos pelas instituições como forma de impressão de maior credibilidade às conclusões exaradas.

O presente trabalho fixa-se principalmente na corrente filosófica holandesa de avaliação institucional, eleita como forma preferencial pela maioria das IES européias e americanas, concebendo a avaliação como processo não premiativo, nem punitivo, mas também não neutro. E o Brasil igualmente se enquadra nessa linha.

## 2. Avaliação necessária para uma Universidade possível

Um processo avaliativo é, por certo, um dos mais importantes de uma Universidade possivelmente necessária à sua comunidade interna e ao mundo externo, pois propicia uma visualização ampla e profunda da realidade institucional.

E uma universidade certamente vai resgatando sua importância à medida que melhor se conhece e se torna conhecida. Seu justo valor no meio interno e social se firma:

- não porque a sociedade lhe confere prestígio pelo fato de possuí-la em seu meio, mas por ela dispor de uma política de desenvolvimento interno e social compatível com planos, programas, projetos e atividades suficientemente interagentes;

- não porque possui uma política de desenvolvimento - requisito indispensável de uma administração moderna - mas porque diretrizes e metas representam seu natural desdobramento;

- não porque entende estar vocacionada para o ensino, mas porque percebe que o desenvolvimento de ensino com pesquisa torna-se agente indispensável para a permanente busca do novo em sala de aula entre professor e aluno e da promoção de ciência e tecnologia;

- não porque sua pesquisa lhe pode conferir renome ímpar a nível nacional e mesmo internacional, mas porque pode contribuir decisivamente para a melhoria da qualidade institucional e de vida;

- não porque é detentora de larga experiência extensionista, mas porque esta mantém estreita contribuição com o ensino e a pesquisa, em parceria com a sociedade;

- não porque possui suficientes recursos humanos, mas porque estes conseguem condimentar sua qualificação com indispensável criatividade;

- à medida que não conceber a educação como instrumento da política, mas por esta se constituir em um dos agentes daquela;

- à medida que não condicionar a criação de novos cursos e sua organização curricular a interesses políticos de ordem interna e externa;

- à medida que a organização departamental e

o frágil status de cursos não fomentarem o corporativismo destrutivo de recursos humanos, mas contribuam para a necessária interdisciplinaridade do ensino;

- quando os cursos de pós-graduação *lato e stricto sensu* atingirem com efetivas contribuições o ensino fundamental e a interação dos diversos graus de ensino;

- quando a avaliação for encarada principalmente como processo e instrumento auxiliar do ensino-aprendizagem;

- quando entender que a quantidade de bibliografia consultada e referenciada em propostas de atividades de ensino e de pesquisa não deve ser valorizada mais do que a criatividade dos recursos humanos que as desenvolvem, sob pena de o trabalho destes perder sua originalidade;

- quando perceber que a adoção destes ou daqueles métodos e técnicas - agentes facilitadores ao desenvolvimento de atividades de ensino e de pesquisa - deve ocorrer por livre escolha e convicção de cada recurso humano e não por uma velada imposição baseada num eventual renome deste ou daquele autor, ou desta ou daquela nomenclatura metodológica e técnica; na verdade, o melhor método é aquele que dá certo para cada usuário;

- enfim, quando perceber que a formação de uma comunidade científica encontra-se na dependência direta do grau de autonomia de iniciativa, de espírito criativo e científico de seus recursos humanos.

A avaliação institucional oportuniza referências em larga escala para o redimensionamento e a concepção de uma política harmônica com as funções da Universidade, a partir da realidade social em que esta se insere e da sua comunidade interna, tendo em vista a faculdade ímpar de que a instituição de Ensino Superior é detentora como intérprete da sensibilidade social e como expressão de todas as relações.

### 3. Avaliação Institucional como processo

A Universidade vem experimentando seu processo de avaliação, ainda não como um instrumento formalmente acabado, mas como ini-

ciativa que paulatinamente lhe poderá servir de agente tanto de identificação quanto de promoção de qualidade.

E a avaliação institucional certamente vai se firmar como processo inteiramente irreversível. O permanente esforço pela identificação do nível de qualidade da Universidade se constitui em elemento indispensável para a busca de uma igualmente qualidade necessária.

Torna-se relevante mencionar que a avaliação institucional está sendo encarada a nível internacional efetivamente como um processo que se constitui em excelente agente de identificação e de apoio à qualidade institucional. Como tal, não convém encará-lo como uma nuvem passageira ou como instrumento de escoramento político ou mesmo como mais um modismo.

A avaliação institucional cabe ser visualizada como afirmação duradoura em busca de uma qualidade compatível entre a filosofia institucional e a realidade social. Para que tal possa ocorrer com evidente clarividência é que a avaliação institucional - assim como o ensino-aprendizagem - cabe ser conduzida como processo. E por processo, no caso, entende-se a perene perseguição de uma qualidade necessária.

Existem algumas condições que ajudam a dar consistência à avaliação como processo. Assim, a avaliação encarada como processo necessita ser útil, beneficiando a todos os envolvidos. A avaliação como processo deve ser viável, principalmente em termos de possibilidade e viabilidade de execução. A avaliação como processo requer ser exata, tendo em vista a necessidade de sua condução correta e dos instrumentos adequados para obtenção de informações confiáveis. A avaliação como processo é uma questão ética e social, visto sua condução transparente e com senso de justiça.

E a avaliação como processo visa à qualidade como questão, inclusive, de sobrevivência institucional. No entanto, a qualidade não ocorre quando se é razoável apenas, mas certamente custa muito menos que a não-qualidade. A não-qualidade pode, até mesmo, ser encarada como perda de tempo, de recursos, de esperança e de paciência. A qualidade é adequação ao uso, por certo. À qualidade cabe ser plena, permanente

e progressiva. Enfim, torna-se indispensável a qualidade situar-se também no processo e não somente no produto final.

Avaliação, processo e qualidade são um trinômio de garantia inadiável para o sucesso de uma instituição de Ensino Superior, quando plenamente interagentes.

A avaliação institucional aceita o apoio externo, mas não se conforma com nenhuma iniciativa que lhe fira a autonomia de gestão e de atuação. E a autonomia, antes de ser encarada como liberdade absoluta, significa responsabilidade para com a qualidade.

A autonomia também não significa soberania nem para o Estado e nem para a Universidade. A autonomia, por outro, pressupõe condições de atuação. A autonomia sugere criatividade e competência. Na verdade, o Estado não concede autonomia financeira à Universidade, mas somente autonomia de gestão financeira, o que não satisfaz a realidade universitária, por certo.

Como processo, a avaliação institucional não se caracteriza nem como agente punitivo, nem premiativo, mas também não representa neutralidade. É ela uma questão de maturidade institucional e de responsabilidade para com a qualidade. Como processo, ainda, requer a avaliação institucional ser credível, exequível e conseqüente.

#### **4. Avaliação: instrumento-processo privilegiado de valorização e de dignificação do desenvolvimento humano**

A função mais compatível com todo e qualquer processo avaliativo é a de apoio, de instrumento auxiliar, de valorização, de amparo, com papel de intermediação entre a realidade existente e a possivelmente necessária.

O retraimento por parte dos recursos humanos ante um processo avaliativo de cunho institucional, de ensino-aprendizagem ou de outra ordem torna-se natural, à medida que o verdadeiro papel de uma avaliação como processo

não estiver sendo entendido. Tal comportamento surge como disfunção da própria política educacional, que se permite a desmandos de variada ordem por parte de seus idealizadores, intérpretes e implementadores.

A avaliação como processo e instrumento auxiliar não permite temores. Todavia, a utilização da verificação como medida, somente, se permite a atos e a comportamentos quase que de terrorismo. A avaliação como processo faculta o natural desenvolvimento do educando no também processo de ensino-aprendizagem, enquanto a verificação como instrumento de medida faculta o desperdício, por não permitir o suficiente processo de osmose que se caracteriza por parte do ensino-aprendizagem no educando.

Enquanto a avaliação como processo se caracteriza como instrumento de formação e de bem-estar, a verificação como medida pura, por vezes, se constitui em temível agente provocador de intranquilidade pessoal e social, com prejuízos de ordem psicológica e de distúrbios fisiológicos, até mesmo.

A promoção da avaliação a processo é papel da política nacional de educação, das agências formadoras e, por tabela, da família. A avaliação e verificação podem e devem "andar de mãos dadas", com necessária interação, mas sem ascensão privilegiada desta sobre aquela.

Quadro comparativo entre avaliação e verificação

Avaliação	Verificação
dinâmica	estática
informal	formal
qualitativa	quantitativa
diagnóstico	de constatação
democrática	autoritária
construtiva	verificativa
subjetiva	metafísica
autônoma	submissa

Fonte: Both, 1992, p. 17

Certamente, chegam a ser antagônicas as diferenças que se estabelecem entre avaliação e

verificação. Enquanto a avaliação se constitui em processo dinâmico, construtivo e de acompanhamento crescente do aluno ao longo de todo o processo, a verificação é um ato estático, de constatação, de medida, de aferição, não permitindo a necessária visão do educando como um ser que necessita desenvolver-se em sua globalidade.

Não se pretende afirmar que aquele que prefere enveredar por caminhos da verificação, não possa igualmente levar em conta elementos de avaliação, no entanto fica evidente que os dois processos não convivem em harmonia, visto que a filosofia de tratamento dispensado ao educando difere frontalmente entre elas.

A verificação como medida pura não se torna recomendável quando do trato de questões de ensino-aprendizagem dos alunos. Representa ela um desvio de conduta da filosofia de avaliação, apresentando-se como experiência autoritária que vem perpassando a sociedade através dos tempos, cuja fonte de inspiração possivelmente tenha sido a burguesia européia, que mais tarde também foi se estabelecendo no Brasil.

Para Luckesi (1992), avalia-se mais o que o aluno não sabe do que o que ele possa estar sabendo. Tal atitude do professor insere-se perfeitamente na filosofia comportamental autoritária da verificação. Esse comportamento faz-se bastante presente tanto em sala de aula quanto em família, como nas autoridades governamentais. Trata-se de instância com inspiração no modelo metafísico, objetivo, frontalmente oposto ao pensamento moderno, subjetivo.

Ainda se debate a sociedade grandemente entre o modelo metafísico e o moderno. Nesse meio, a verificação se comporta como instrumento de controle, em que professores aliados seus preferem expor o aluno a terem que se expor. Por outro, a verificação se caracteriza por ato de administração do poder na ação pedagógica, quando o aluno é examinado seguidamente, principalmente a partir do que ele menos sabe.

A verificação não elabora juízo preferencialmente a partir de dados de maior relevância para a tomada de decisões. O juízo é estabelecido sobremaneira com base em dados quantitativos. Dados externos, não relevantes, por ve-

zes são decisivos na atribuição de valor - símbolo numérico ou conceito - ao aluno. A aplicação de provas e de fórmulas são os agentes de descomprometimentos preferidos pelo professor face aos resultados finais.

Enquanto a avaliação se baseia em dados qualitativos, de crescimento, de mudança comportamental do educando, a verificação busca acobertar-se em dados quantitativos, cujas médias são alcançadas a partir da aplicação de operações matemáticas. A verificação torna-se bem menos trabalhosa que a avaliação, justamente devido à sua precípua função constataadora, estática.

Fórmulas aritméticas utilizadas para a obtenção de médias, podem ser entendidas como liqüidificadores apuradores da aprendizagem. São depositadas notas e/ou médias dentro de uma fórmula (líqüidificador), é realizada a operação (trituração), e está obtido o resultado, como valor médio. Do abacate e do limão, quando passados juntos no liqüidificador, obtém-se seu sabor médio. No entanto, com a aprendizagem não é possível fazer o mesmo, pois não se pode obter o valor médio de sua qualidade através de operações com valores quantitativos.

Sabe-se que, em aprendizagem, somente os dados quantitativos permitem ser apurados por meio de fórmulas matemáticas. Medir a qualidade da aprendizagem mediante o emprego de operações, não se coaduna com a avaliação, quando encarada como processo dinâmico, construtivo, formativo, para a tomada de decisão.

Possivelmente, se houvesse mais avaliação e menos verificação, o número de entradas de processos de alunos juntos aos órgãos competentes - no caso da Universidade - solicitando "vistas aos instrumentos de avaliação", seria bem menor, ou mesmo nulo, ao final do período ou ano letivo.

Outro aspecto que causa preocupação é o que se refere às reprovações, quando estas são baseadas em valores que se encontram aquém da média mínima exigida, somente, vinculadas a questões de décimos, muitas vezes. Não que tal possa justificar reprovação, todavia quando essa atitude se torna um ato de rotina, certa-

mente fica aí caracterizada uma falha avaliativa e, até mesmo, incompetência do professor. Assim, torna-se tanto mais preocupante tal situação quanto mais constantes for sua ocorrência.

Também não se mostra menor a preocupação quando as reprovações ocorrem em índices muito elevados. Quando, por vezes, o aluno se recusa peremptoriamente em participar do processo de ensino-aprendizagem, tornando evidente sua não-promoção. Trata-se, no caso, de um desequilíbrio de decisão a ser contornado pelo professor. Por tudo isso, avaliar se constitui um processo de responsabilidade, de competência, de justiça e de equilíbrio do professor.

Certamente, uma autêntica avaliação - processo dinâmico e construtivo que caminha passo-a-passo com o processo de ensino-aprendizagem, cumprindo com ele papel de apoio, evitaria em até 90%, ou mais, as diferentes dificuldades que normalmente se apresentam na área. Assim sendo, a avaliação assumiria sua efetiva postura de instrumento auxiliar de aprendizagem, e não de instrumento de aprovação ou de reprovação dos educandos, precipuamente.

Cada professor segue, em grande dose, critérios próprios com relação à avaliação, todavia seu empenho pelo atingimento por parte do aluno, ao menos dos conteúdos-conhecimentos mínimos exigidos no processo de ensino-aprendizagem, deve se constituir uma máxima universal. Por certo, a avaliação é exigente em seus critérios de promoção, no entanto procura ela empenhar-se ao máximo junto ao processo de ensino-aprendizagem pela progressão do estudante que tenha demonstrado real desenvolvimento de qualidade face aos conhecimentos adquiridos ao longo do processo.

Sendo dinâmica, contínua e construtiva, a avaliação não se dá bem com a obediência à calendários oficiais que demarcam a sua implementação ao longo do processo de ensino-aprendizagem. No entanto, ela também não se opõe à conversão da aprendizagem qualitativa em conceitos ou notas, ao final do processo, que representem a aprovação ou a reprovação do aluno ou para outros fins.

Notas e conceitos, portanto, são aceitos na avaliação, contanto que não interrompam a di-

namidade do processo de aprendizagem. Os aspectos quantitativos jamais podem se sobrepor aos qualitativos, sob pena de a aprendizagem perder seu sentido crítico-construtivo.

Entende-se que num processo de avaliação, com a divisão do senso de responsabilidades, de justiça e de equilíbrio entre professor e aluno, podem ser perfeitamente dispensados procedimentos no processo de ensino-aprendizagem, como:

- fórmulas matemáticas para cálculo de médias, que indiquem notas ou conceitos;
- controle de freqüência dos alunos;
- e elaboração de calendário prévio para avaliações intermediárias.

Fórmulas matemáticas para cálculo de médias com fins de aferição de notas ou conceitos são exigências administrativamente comuns em instituições de ensino, como forma de socorrer "avaliadores" que sentem dificuldades na implementação de um genuíno processo de avaliação.

Infelizmente, a verificação permite que algumas injustiças persistam na relação professor-aluno. Primeiro, já dito anteriormente, quando o professor tem tendência de avaliar mais o que o aluno não sabe, ao invés de valorizar em igual intensidade também os aspectos da aprendizagem que realmente domina. Por outro, ainda perdura um comportamento de pouca humildade no meio docente: quando o aluno demonstra bom domínio de conhecimentos, é porque o professor é bom; quando pouco sabe, a responsabilidade recai principalmente sobre o aluno. Para Leite (1982, p. 92), "os resultados negativos da avaliação são utilizados principalmente contra os alunos".

A avaliação como instrumento-processo de desenvolvimento também pode se constituir agente universal privilegiado de melhoria de qualidade de vida.

O ensino-aprendizagem não representa somente via de acesso ao conhecimento, mas principalmente ponte mediadora entre a valorização, a dignificação e o bem-estar humanos.

## 5. Por uma avaliação não premiativa, nem punitiva, mas também não neutra

A fase crítica no mundo da avaliação institucional encontra-se praticamente superada a nível internacional, principalmente quando encarada a avaliação como processo de apoio e de dignificação das funções e da prática dos recursos humanos, com vistas a uma qualidade de vida sempre melhor.

Alguns ingredientes de ordem filosófica necessariamente devem compor a essencialmente do contexto de um processo avaliativo conseqüente, sem ferir autonomia de decisão pessoal e/ou coletiva. Entre outros, *Both (1993, p. 65 - 68)* aponta alguns intervenientes de um elenco instrumentador e implementador de processo avaliativo institucional. Dessa forma, a avaliação institucional como processo pressupõe:

- ser encarada com otimismo e forte convicção e apoio político, como um caminho que pode conduzir ao destino certo;

- visar à busca de soluções aos problemas institucionais internos e sociais para o estabelecimento de novas metas e prioridades, bem como para a revisão e o rendimento de políticas;

- necessitar, por um lado, ser conseqüente e credível e, por outro, calcada em fatores de validade e exequibilidade, confiabilidade e utilidade;

ser contínua, periódica, sistemática, aceita, isenta;

- autonomia institucional quando de sua implementação;

- respeitar princípios de "globalidade, comparabilidade, respeito à identidade institucional, não premiação ou punição ou, adesão voluntária, legitimidade, continuidade" (*Ristoff, 1994, p. 8*);

- visar à qualidade institucional, de forma universal, e à dignificação das funções dos recursos humanos, em particular;

- consciência em torno dos fatores que determinam a qualidade e o sucesso das funções de

ensino e de pesquisa na promoção de ciência e de tecnologia.

O processo de avaliação institucional não se constitui em agente privilegiado de premiação ou de punição. Recursos humanos de boa qualidade são um dever e não um direito, apenas. A formação de *ranking* de recursos humano - uma outra forma de punição - igualmente não se coaduna com o espírito de uma avaliação institucional como processo. A não-neutralidade de um processo avaliativo pressupõe, por excelência, responsabilidade individual por parte dos recursos humanos ante os resultados revelados, para, em última instância, serem tomadas providências de redimensionamento por parte das autoridades competentes, quando tal for julgado necessário.

As principais desconfianças e/ou resistências que se formam em torno de um processo de avaliação institucional caracterizam-se, por certo, principalmente em função da pouca clareza que a comunidade universitária possui de sua filosofia e objetivos. No entanto, avaliar é preciso, ainda mais quando se sabe que a Universidade necessita de reformas urgentes e conseqüentes, continuamente.

Para *Durham (1987)*, é hoje a Universidade " ...um paquiderme moroso e caro..." que se encontra " ... sob risco de fossilização permanente." Para a autora (*ibid*), " a avaliação é um instrumento necessário para lutar contra a letargia permanente, a auto-satisfação ou auto-glorificação imobilista. É a forma de nos abirmos à sociedade, permitindo que ele nos veja com as nossas mazelas e virtudes". E, por certo, é a avaliação a maneira mais visível de prestação de contas à sociedade que, por vezes, pouco sabe dos objetivos, das funções e do que a Universidade realmente faz.

Ainda outros indicadores merecem ser mencionados para facilitar o estabelecimento de uma melhor compreensão em torno de um processo de avaliação institucional, como agente privilegiado de identificação e de promoção de qualidade universitária. Para tanto:

- produtivismo e mesmo mercantilismo não fazem parte da filosofia de uma avaliação institucional. A produção intelectual não se confunde

com produtivismo, mas alia-se a uma necessária qualidade.

- a idéia quantitativa também não sobrevive a uma avaliação. Todavia, o que uma avaliação poderá provocar é uma certa regularidade produtiva.

- a iniciativa de divulgação regular dos docentes mais produtivos pode merecer aplausos, todavia o critério empregado para a obtenção dos resultados nem sempre representa ser dos mais apropriados, visto estarem sendo levados em conta parâmetros praticamente únicos de citações dos autores em periódicos, por vezes de forma absolutamente subjetiva e até mesmo injusta, deixando de valorizar aspectos relevantes que integram suas vidas docentes.

*Assim, a execução de imprescindíveis tarefas administrativas, extensão de serviços à comunidade, trabalho médico-assistencial, divulgação científica e atuação didática que fazem parte de desígnios universitários, não mereceram considerações, de maneira a poder suceder desestímulo frente às pessoas que têm vínculo com tais atividades, sem dúvida não desprezíveis (Amato Neto, 1995, 2).*

- a parcialidade na divulgação das atividades científicas não se coaduna com a filosofia avaliativa, visto poder levar a subentender a existência de alguma forma de corporativismo. Com relação a essa possibilidade, Amato Neto (ibid) igualmente se pronuncia:

*... lembro que certos profissionais, sabedores do peso das referidas citações, articulam sistemas promocionais com alguns de seus pares, em torno de textos às vezes puramente academicistas, sem real influência quanto à obtenção de avanços.*

- é próprio dos dirigentes a manutenção de um certo controle democrático da instituição, tendo em vista seu redimensionamento constante à sua realidade interna e social. No entanto, o nível de abrangência de um mesmo processo não pode dar asa a desconfianças. Assim, se por um lado a simultaneidade de avaliação do universo didático, científico e administrativo possibilita maior visão de globalidade, por outro poderá

suscitar temores de centralização do domínio da realidade institucional por parte dos dirigentes universitários.

- a presença de consultores externos para se pronunciar sobre o processo avaliativo torna-se duplamente bem-vinda: como colaboração e como oportunidade de afastamento da idéia de uma iniciativa avaliativa de ordem puramente caseira.

- a abrangência de um processo avaliativo torna-se uma questão de autonomia da instituição, podendo ela passar de forma simultânea ou alternadamente: pelo ensino, pela produção científica, pela extensão, pelas atividades de prestação de serviços e pelos serviços administrativos;

- os participantes de um processo avaliativos se constituem da comunidade interna - professores, alunos e pessoal técnico e administrativo-, de representantes dos setores produtivos, das populações em geral, tanto da zona urbana como da rural, bem como de ex-alunos.

Ainda com relação à questão premiação/punição, o Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras-PAIUB (1994, p. 9) assim se pronuncia: "(o processo de avaliação não deve estar vinculado a mecanismos de punição ou premiação. Ao contrário, deve prestar-se para auxiliar na identificação e na formulação de políticas, ações e medidas institucionais que impliquem atendimento específico ou subsídios adicionais para o aperfeiçoamento de insuficiências encontradas".

No processo avaliativo de uma instituição de Ensino Superior não se constituem a premiação ou a punição garantia por si só de mudanças. Cabe esta primeiramente à responsabilidade profissional de cada recurso humano, e somente após, não ocorrendo o devido redimensionamento por parte deste, daí, sim, poderão ser tomadas providências devidas pelas respectivas autoridades competentes. Entende-se que a ação educativa transcorre acima de tudo a partir de uma mentalidade individual e coletiva de comprometimento institucional e social.

## 6. Em busca de uma conclusão



Querer concluir um assunto que envolve avaliação sob qualquer dimensão não se constitui em tarefa fácil, visto estar ela necessariamente presente em diferentes circunstâncias da vida. Portanto, concluir, aqui no caso, não significa interromper a conversação que até aqui vinha sendo entabulada sobre avaliação, mas garantir-lhe espaço aberto de continuidade em outra instância.

Assim como a avaliação do ensino-aprendizagem, da mesma forma a avaliação institucional não é concebida como mero instrumento auxiliar, como que um agente à parte, próximo, mas como processo que interage junto, no interior do ensino e da instituição, como fermento que necessita atuar sobre a globalidade da massa, de forma homogênea.

A política de avaliação das Universidades brasileiras constitui passo firme em direção a uma também maturidade institucional, visto irem se criando responsabilidade e compromissos

sempre maiores para com uma qualidade que a Universidade pensava ou pretendia possuir, mas da qual nem sempre possui certeza.

O compromisso para com a avaliação institucional necessariamente vai se firmando de forma perene na Universidade, mesmo após a retirada por parte dos órgãos governamentais do processo. O processo avaliativo cria raízes institucionais que interpenetram o seio de toda a instituição, tornando-se parte integrante de sua política.

Em países desenvolvidos o processo avaliativo já se tornou uma presença irrefutável de identificação e de promoção de qualidade, e o Brasil juntamente com outros países latino-americanos, necessariamente também concretizarão esse objetivo. Tal feito encontra-se somente na dependência de dar tempo ao tempo, de um ato de coragem para romper definitivamente com alguns medos para pôr às claras ações e resultados.

## ABSTRACT

*This article presents the institutional evaluation as an instrument-process for the identification and promotion of quality in teaching establishments.*

*Institutional evaluation is neither a matter of punishment nor of reward, but this does not mean that it represents neutrality in what respects human resources.*

*Evaluation is, first and foremost, a privileged auxiliary instrument-process for the valorization and dignification of human resources. On the other hand, although the process of institutional evaluation does not, on its own, work miracles, institutional development is heavily dependent on the solidary joint work involving the institution's internal and external communities.*

### Referências Bibliográficas

- AMATO NETO, Vicente.** Lista dos produtivos. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 4 jun.1995. p. 2. (Painel do Leitor)
- BOTH, Ivo José.** Da verificação à avaliação da aprendizagem: processos antagônicos. Ponta Grossa, *Cadernos da PROGRAD*, n.3, p.32, 1992.
- \_\_\_\_\_. A questão da avaliação institucional: um salto de qualidade perseguido pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. In: SEMINÁRIO DE AVALIAÇÃO: TEORIA E PRÁTICA, 1993, Rio de Janeiro. *Anais...*Rio de Janeiro: Faculdades Integradas Castelo Branco, 1993.
- BRASIL. Ministério de Educação.** Secretaria de Ensino Superior. *Programa de avaliação institucional das universidades brasileiras.* Brasília, D.F., 1994. 111p.
- DURHAM, Eunice R.** Avaliação na universidade, poder e democracia. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 17 nov. 1987. (Painel do Leitor)
- LEITE, Sérgio da Silva.** O ensino de primeiro grau: da crítica a propostas alternativas. In: BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Superior. *Educação superior e educação básica: coletânea de textos* Brasília, D.F., 1988.164p.
- LUCKESI, Cipriano Carlos.** Apontamentos de diálogo. Curitiba, 1992. Mimeografado.
- RISTOFF, Dilvo I.** Princípios do programa de avaliação institucional. In: BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Ensino Superior. *Programa de avaliação institucional das universidades brasileiras.* Brasília, D.F., 1994. 111p.